

Despacho n.º 21422/2009

Nos Termos do n.º 2, do artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril, eu, Maria João Lima de Oliveira Igreja, Directora do Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, nomeio para o desempenho da função de Subdirectora do Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, a docente do grupo de recrutamento 110, com a categoria de professora, Ana Maria Romão Nunes da Fonseca.

1 de Julho de 2009. — A Directora, *Maria João Lima de Oliveira Igreja*.

202318474

Despacho n.º 21423/2009

Nos termos do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, eu, *Maria João Lima de Oliveira Igreja*, Directora do Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, nomeio para o desempenho da função de Adjunta da Directora do Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, a docente do grupo de recrutamento 230, com a categoria de professora, Margarida Maria Pimentel Miranda da Franca Tabora Monteiro.

1 de Julho de 2009. — A Directora, *Maria João Lima de Oliveira Igreja*.

202318377

Despacho n.º 21424/2009

Nos Termos do n.º 2, do artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril, eu, Maria João Lima de Oliveira Igreja, Directora do Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, nomeio para o desempenho da função de Adjunto da Directora do Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, o docente do grupo de recrutamento 550, com a categoria de professora, Sérgio Alexandre Leal Rodrigues Coelho, colocado no Quadro do Agrupamento a 06 de Julho de 2009, o que produzirá todos os efeitos legais a partir de 01 de Setembro de 2009.

24 de Julho de 2009. — A Directora, *Maria João Lima de Oliveira Igreja*.

202318644

Agrupamento de Escolas de Alhandra, Sobralinho e São João dos Montes

Aviso n.º 16603/2009

Procedimento concursal comum para contratação em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo a tempo parcial

O Agrupamento de Escolas de Alhandra, Sobralinho e S. João dos Montes, sito na Estrada da Arruda — 2600-774 S. João dos Montes, torna público que se encontra aberto o procedimento concursal comum em regime de contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial nos termos do n.º 2 do art.º 39.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e ao previsto na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, para a carreira e categoria de assistente operacional, de acordo com a autorização comunicada em 10 e 11 de Setembro de 2009 pela Chefe da EMPAAG-DRELVT.

1 — Caracterização do posto de trabalho: Prestação de Serviços/Tarefas — Serviço de Limpeza e Apoio geral no âmbito de desempenho de Assistente Operacional.

2 — Número Postos de Trabalho e Horário Semanal:

5 — Postos de Trabalho — 4 horas/dia.

1 — Posto de Trabalho — 2 horas/dia.

3 — Local de Trabalho: Escolas e Jardins de Infância do Agrupamento.

4 — Remuneração ilíquida/Hora: 3 €/ hora.

5 — Duração do contrato: Até 18 de Dezembro.

6 — Requisitos legais exigidos: Escolaridade obrigatória ou Experiência Profissional comprovada e todos os outros referidos no art.º 8.º da Lei n.º 12-A/2008.

7 — Âmbito de Recrutamento: O recrutamento realizar-se-á de entre as pessoas sem qualquer tipo de relação jurídica de emprego público.

8 — Prazo do Concurso: 10 dias úteis a contar da data de publicação do Aviso.

9 — Formalização da Candidatura: A formalização da candidatura será feita por preenchimento de formulário fornecido nos serviços administrativos da Escola sede, devendo ser entregue nesses serviços ou enviado via correio para a morada oficial do Agrupamento.

10 — Documentos a apresentar:

Bilhete de Identidade ou Cartão do Cidadão.

Cartão de Identificação Fiscal.

Certificado de Habilitações.

Curriculum Vitae.

Certificados comprovativos de Formação Profissional.

Declarações de Experiência Profissional.

11 — Métodos de Selecção:

11.1 — Dada a urgência do recrutamento por motivo de início do ano escolar será utilizado apenas um método de selecção obrigatório — Avaliação Curricular (AC).

11.1.1 — A Avaliação Curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente, a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida da formação realizada, e tipo de funções exercidas. Será expressa numa escala de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, e que são os seguintes: Habilitação académica de base (HAB) Ou Curso equiparado, Experiência Profissional no Agrupamento de Escolas (EPA), Experiência profissional (EP), Formação profissional (FP), de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HAB + 2(EP) + 4(EPA) + (FP)}{8}$$

11.2 — Habilitação Académica de Base (HAB), graduada de acordo com a seguinte pontuação:

a) 20 Valores — Habilitação de grau académico superior;

b) 18 Valores — 11.º ano ou 12.º ano de escolaridade ou de cursos que lhes sejam equiparados;

c) 16 Valores — escolaridade obrigatória ou curso que lhe seja equiparado.

11.2.1 — Experiência Profissional (EP) — tempo de serviço no exercício das funções inerentes à carreira e categoria conforme descritas no ponto 1 do presente Aviso, de acordo com a seguinte pontuação:

a) 20 Valores — 1 ano ou mais de tempo de serviço

b) 18 Valores — 6 meses ou mais e menos de 1 ano de tempo de serviço no exercício de funções inerentes à carreira e categoria.

c) 16 Valores — Até 6 meses.

11.2.2 — (EPA) — Experiência Profissional neste Agrupamento

a) 20 Valores — 1 ano de experiência no exercício de funções em realidade social, escolar e educativa do contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal.

b) 18 Valores — até 6 meses experiência no exercício de funções em realidade social, escolar e educativa do contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal.

c) 16 Valores — sem experiência no exercício de funções em realidade social, escolar e educativa do contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal.

12 — Formação Profissional (EP) — Formação profissional directa ou indirectamente relacionada com as áreas funcionais a recrutar. Será valorada com o mínimo de 10 valores a atribuir a todos os candidatos, à qual acresce, até um máximo e categoria de 20 valores, o seguinte:

a) 10 Valores — Formação directamente relacionada com a área funcional, num total de 150 ou mais.

b) 8 Valores — Formação directamente relacionada com a área funcional, num total de 50 ou mais.

c) 2 Valores — Formação indirectamente relacionada, até 50 horas.

12.1 — Critérios de Desempate:

Em caso de igualdade de valoração, os critérios de desempate a adotar são os constantes do art.º 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

13 — Composição do Júri:

Presidente: Cláudia Carvalho, Subdirectora do Agrupamento.

Vogais efectivos: Carla Maria Santos, Encarregada Operacional.

Cristina Caldeira, Adjunta da Direcção.

Vogais suplentes: Maria Manuela Santos Silva, Chefe dos Serviços Administração Escolar.

Maria Virgínia Santos, Adjunta da Direcção

13.1 — Nos termos da alínea t) do n.º 3 do art.º 19 da Portaria n.º 83-A/2009, 22/01, os candidatos têm acesso às actas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada